

MERCATOR - Revista de Geografia da UFC

Licença Creative Commons CC-BY

MERCATOR adopts the Creative Commons Attribution-Noncommercial (CC-BY) license that permits distribution, remixing, adaption and creation based on its work, even for commercial purposes, provided that the author's credit is verified in the manner specified by the CSP.

Fonte: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/about>. Acesso em: 11 out. 2017.

ESPAÇO E ECONOMIA

space and economics

Gloria Maria Vargas*
Sérgio Ulisses Silva Jatobá**
Lucia Cony Cidade***

Resumo

As múltiplas relações entre o espaço e os processos econômicos possibilitam um espectro amplo de abordagens. Na economia, algumas conceituações trabalham o espaço como distância enquanto outras o fazem com uma abordagem mais social. Em geral, a economia neoclássica trabalha com uma visão isotrópica do espaço, entendido como variável independente em modelos teóricos que pretendem definir a localização de processos econômicos. Já as contribuições da sociologia e da geografia econômica destacam a importância do espaço na sua condição relacional e social, além de inseri-lo nos processos econômicos. Dessa forma, passa-se da concepção abstrata do espaço a uma que destaca os conteúdos concretos que dão especificidade socioespacial aos processos econômicos. Com as contribuições dessas duas ciências, comprova-se que as análises dos processos econômicos se enriquecem quando vistos sob o prisma do seu enraizamento social e especificidade geográfica.

Palavras-chaves: Espacialidade da Economia, Geografia Econômica, Sociologia Econômica.

Abstract

The multiple relations between space and economic processes permit a broad spectrum of approaches. In economics, some views understand space as equivalent to distance and others incorporate a more social approach. Generally speaking, neoclassical economics works with an isotropic view of space that understands it as being an independent variable in theoretical models that aim at defining the localization of economic processes. As for economic sociology and geography, they stress the importance of the relational and social conditions of space, besides incorporating it as an essential element in economic processes. The abstract conception of space is substituted by one that accentuates its concrete content and gives sociospatial specificity to economic processes. The contributions of those two disciplinary fields prove that the analysis of economic processes are enriched when seen through their social embeddedness and geographic specificity.

Key words: Economics spatiality; Economic Geography; Economic Sociology.

Resumen

Las varias relaciones entre el espacio y los procesos económicos possibilitan un espectro amplio de abordajes. En la economía, algunas conceituaciones trabajan el espacio como distancia, mientras que otras lo hacen considerándolo desde una visión más social. En general, la economía neoclásica trabaja con una visión isotrópica del espacio, entendido como variável Independiente en modelos teóricos que pretenden definir la localización de procesos económicos. Ya las contribuciones de la sociología y de la geografía económica destacan la importancia del espacio relacional y social en la comprensión de los procesos económicos. De esa manera, se pasa de la concepción abstracta del espacio a una que destaca los contenidos concretos que dan especificidad socioespacial a los procesos económicos. Con las contribuciones de esas dos ciencias, se comprueba que el análisis de los procesos económicos se enriquecen cuando son vistos bajo el prisma de su enraizamiento social y especificidad geográfica.

Palabras clave: Espacio, Espacialidad de la Economía, Geografía Económica, Sociología Económica.

(*) Profª. Drª. da Universidade de Brasília - Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Cx. Postal 04496, CEP: 70.904-970 Brasília (DF), Brasil, Tél: (+55 61) 3107-7253 - yoya@unb.br; yoya@uol.com.br

(**) Dr. em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal e SHIN QI 08 Conj. 12, Casa 20, CEP: 71520-320, Brasília (DF), Brasil, Tél: (+55 61) 3577 4505 - sjatoba@uol.com.br

(***) Profª. Drª. da Universidade de Brasília - Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Cx. Postal 04496, CEP: 70.904-970 Brasília (DF), Brasil, Tél: (+55 61) 3107-7253 - cony@unb.br

INTRODUÇÃO

As relações entre o espaço e os processos econômicos têm sido abordadas por diferentes disciplinas, cada uma das quais dando ênfase a aspectos diferenciados. A questão de como o espaço incide nas atividades econômicas e é por sua vez redefinido por elas, tem sido elaborada nas ciências econômicas e sociais de diferentes formas, cabendo a cada uma o aprofundamento dos aspectos que lhe são mais relevantes.

Inicialmente, no entanto, podemos afirmar que as análises realizadas desde os diferentes olhares disciplinares têm se mostrado um tanto compartimentalizadas, focando no tipo de atividade econômica e no espaço ocupado por ela, no caso da economia, ou no contexto social dos processos econômicos, no caso das ciências sociais. Tratar dos processos econômicos e das suas formas de espacialização considerando os diferentes aspectos do “espacial”, em particular o que eles informam sobre o social, não é um exercício realizado com frequência (DICKEN; ANDERS, 2001).

A economia, por exemplo, se concentra no sistema econômico, nas empresas, cadeias produtivas, indústrias, etc. e sua localização e vínculos espaciais com outras atividades. O espaço faz parte da análise na identificação do arranjo espacial dos fatores locacionais, em termos da distância geográfica entre diferentes fatores de produção ou na compreensão do “entorno” que circunda a atividade (DICKEN; ANDERS, 2001). Desse tipo de análise conclui-se que uma empresa está mais ou menos articulada em um determinado lugar ou que existe uma aglomeração de empresas num dado território.

Já no caso da geografia, analisam-se as atividades econômicas presentes num determinado espaço geográfico e se indaga acerca dos tipos de vínculos existentes para estabelecer, de uma parte, como se definem os espaços da produção, distribuição e consumo, e de outra, o papel do espaço – a espacialidade - na consolidação da atividade. De qualquer forma, o ponto de partida é evidentemente diferente em cada caso, o que determina as conclusões de cada roteiro analítico.

Cabe dizer que, no percurso que realizaremos, nos interessa salientar as relações entre o espaço e os fenômenos econômicos e identificar as diversas formas como o espaço é caracterizado, assim como sua funcionalidade explicativa em cada caso abordado.

Nosso objetivo é explicitar elementos e relações que caracterizam os vínculos entre o espaço e as atividades econômicas, que nos permitam identificar alguns dos seus constituintes primordiais. Para isto, e a partir dessas reflexões iniciais, analisaremos essas relações com base em algumas correntes teóricas, partindo das mais recorrentes na economia, para depois considerar as contribuições da sociologia econômica e da geografia econômica.

Esperamos mostrar que, desde uma perspectiva teórica, as atividades econômicas e o espaço, nas suas diferentes conceituações, fazem parte de uma relação mutuamente constitutiva. Estaremos, assim, explicitando as referências geográficas e históricas dessas atividades e relacionando-as com a constituição do espaço social.

O ESPAÇO VISTO PELA ECONOMIA

A economia, assim como outras ciências sociais, tem elaborado abordagens teóricas sobre a importância do espaço nos processos econômicos, assim como explicações da forma como estes se concretizam espacialmente. Segundo Moncayo (2001), a economia tem tido um especial interesse em explicar porquê as atividades econômicas não se desenvolvem simétrica ou igualmente no espaço. Seguindo o raciocínio desse autor, as respostas dadas denotam interpretações diferentes, o que, por sua vez, indica uma constante busca por novos modelos interpretativos mais apurados. Nesse processo de constantes indagações, o autor nos lembra dois fatos essenciais que perpassam muitas das análises realizadas e que consideramos altamente pertinentes, e, nessa medida, os utilizaremos como eixos condutores deste trabalho: i) a produção não se dá de forma uniforme no espaço; ii) essa falta de uniformidade nos revela questões sobre as relações entre economia, sociedade e espaço. A

partir delas faremos uma breve exposição das relações entre algumas teorias econômicas e as suas relações com o espaço.

Começaremos com a visão neoclássica para depois nos deter na teoria keynesiana e posteriormente na produção flexível. Faremos a seguir uma breve explanação de cada uma delas.

A ABORDAGEM NEOCLÁSSICA

Essa tradição se consolida na transição dos séculos XIX e XX, no contexto de um processo acelerado de industrialização, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Isto causou um progressivo processo de concentração de capital e a consolidação do chamado capitalismo empresarial, amparado na racionalidade utilitarista. A economia desde esta perspectiva é governada por forças de mercado que operam uniformemente. O mercado está composto por uma multiplicidade de produtores e compradores, que constituem as forças de oferta e demanda, e que determinam como se alocam os recursos dependendo das suas decisões sobre o quê produzir e consumir.

A premissa básica dessa abordagem é que o preço de uma mercadoria é definido pelo equilíbrio entre a oferta e a procura, que cria um sistema basicamente estável e um mecanismo de auto-regulação (HUNT, 1989). Sob esta perspectiva, o melhor resultado econômico depende do livre jogo do mercado, sem intervenção pública.

O pressuposto da visão neoclássica é que a economia converge para o ponto de equilíbrio, que é previsível por ser fruto da interação de variáveis econômicas cuja alteração não implica na modificação a fundo da estrutura do sistema econômico. A informação é um elemento fundamental, já que permite que os agentes econômicos tomem suas decisões e formem suas expectativas. A partir dessa premissa, consolida-se o sujeito racional ou homo economicus, como a encarnação do agente econômico. As mudanças se explicam como produto de variáveis exógenas e a instabilidade é entendida como um sintoma transitório e relativo ao estado recorrente, que é o equilíbrio.

Pode-se concluir que essa abordagem aproxima a economia das ciências exatas, já que implica no uso de modelos matemáticos na explicação dos fenômenos, cujos resultados são contrastados à luz de hipóteses e expectativas racionais (HUNT, 1989). Desde essa perspectiva, o espaço é a variável independente nos modelos formais e estatísticos usados para determinar as melhores opções de alocação de determinada atividade econômica. Trata-se, portanto, de um espaço isotrópico, geométrico, sinônimo de distância, suscetível de ser enquadrado em sintaxes matemáticas.

Apesar das restrições da visão neoclássica quanto às relações economia-espaço, ela continua sendo o suporte do mainstream da ciência econômica. A partir dela desenvolveram-se as correntes keynesiana e de produção flexível, que trataremos em seguida e que, mesmo sem contrariar os seus fundamentos - pois que compartilham visões similares sobre o que constitui o fenômeno econômico - são expressões historicamente diferenciadas, principalmente no que diz respeito a como se organiza a produção e a sua escala, o que guarda uma relação importante com o espaço.

A ABORDAGEM KEYNESIANA

Esta abordagem permitiu que se avançasse além da herança clássica e que se formulassem políticas de crescimento econômico sinônimas de desenvolvimento nos países europeus durante a pós-guerra. Foi também a âncora da industrialização dos países em vias de desenvolvimento, em particular na América Latina e, portanto, no Brasil.

Seu desenvolvimento na Grande Depressão parte de uma crítica macroeconômica à abordagem neoclássica, em particular no que se refere à visão de curto prazo do ciclo econômico, e à insistência da eficiência da livre concorrência para atingir o equilíbrio econômico, para conseguir alocação mais otimizada dos recursos produtivos.

O keynesianismo baseou-se nos fatores de crescimento do investimento e considerou os seus impactos sobre a renda e o emprego. Com o objetivo de reduzir o desemprego nos anos de 1930,



propuseram-se ações de política com uma maior influência do Estado na economia, supondo que o emprego dependia da demanda efetiva e de que era necessário proporcionar a melhor alocação dos recursos, que o mercado por si só não garantiria.

Dessa maneira, estabeleceram-se as bases para as políticas do Estado de bem-estar social fundadas na necessidade de elaborar mecanismos para exercer um controle efetivo sobre o processo de desenvolvimento. O planejamento permitiria detectar as contingências e corrigi-las, principalmente no que diz respeito ao consumo e ao incentivo ao investimento.

O keynesianismo e o Estado de bem-estar social coincidem com a consolidação do fordismo como regime de acumulação, isto é, o modo de crescimento baseado na produção e consumo massivos. A escala de funcionamento do keynesianismo foi o Estado nacional, entendido como a unidade básica de organização da economia. O keynesianismo levou a um grau de fechamento grande das economias nacionais em termos de comércio internacional e de fluxos financeiros, uma vez que permitiu que a demanda por bens e serviços fosse aliviada pela economia interna. Enfatizou a necessidade de que o Estado participasse no manejo da economia através de políticas fiscais, em particular na receita e despesas do governo. Tratava-se de administrar o nível agregado da demanda por bens e serviços na economia como um todo, mantendo um alto nível de despesas do Estado, mediante programas geradores de emprego que criavam demanda adicional na economia. No contexto do fordismo, as políticas keynesianas tiveram sucesso, uma vez que apresentaram crescimento sustentado durante os anos de 1940 até os 1970.

Desse modo, o keynesianismo foi fundamental para a implementação do espaço fordista, que refletia a utopia modernista da “perfeita geometria” em que há uma integração horizontal – as economias de integração - consolidada na rede urbana. Com a consumação da plena produção, realizou-se o pleno emprego, indispensável para o pleno consumo. Houve o adensamento das infraestruturas de transporte, comunicações, equipamentos industriais, etc., e de consumo coletivo de bens e mercadorias.

A indústria não se estendeu uniformemente pelos espaços nacionais, já que havia uma alta seletividade espacial que conformou os “cinturões industriais” em regiões específicas. A escala da produção do fordismo produziu grandes espaços fabris, de conformação urbano-industrial, de alta especialização setorial e que, posteriormente, transformaram-se sob o regime da produção flexível, conforme veremos mais adiante (HARVEY, 1992).

As políticas keynesianas e o regime de acumulação fordista enfrentaram problemas crescentes desde os anos 1970, na conjuntura das pressões inflacionárias e da crise do petróleo. Frente a esta situação, volta-se a um dos pressupostos básicos da visão neo-clássica, isto é, o de que o Estado não deve intervir na economia. Assim, implementam-se políticas que privilegiam a oferta, as supply-side policies, que vinham acompanhadas de propostas de flexibilização em quase todos os campos (DINIZ; CROCCO, 2006), como veremos adiante.

A PRODUÇÃO FLEXÍVEL

No contexto da crise dos mercados dos anos de 1980 e da contração da demanda, a capacidade dos governos para manter a estabilidade macroeconômica foi colocada em xeque. O modelo fordista, com sua produção massiva e em grandes unidades, explicitava seus limites, enquanto que as unidades menores abriam o caminho para sua consolidação futura.

A crise do modelo de produção em grande escala nos países avançados abriu espaço às propostas de transformação da base tecnocientífica da produção. Essa transformação teve consequências tanto na organização interna das empresas quanto nas relações entre estas e o espaço. Pode-se dizer que desencadeou um processo de reconfiguração espacial onde as produções massivas abriram passo à manufatura concentrada e em unidades menores (HELMSING, 1999).

O novo regime de acumulação flexível se caracteriza por uma flexibilização da produção e do consumo, em que a primeira é realizada em empresas e firmas de pequeno e médio porte e o consu-

mo se especializa passando do consumo massivo ao consumo mais segmentado e individualizado que, assim, considera diferentes nichos de mercado.

O mercado de trabalho também se flexibiliza criando-se um regime de contratação em que os salários e as condições de trabalho estão condicionados às necessidades e às pressões dos mercados competitivos. Isto implica em novas exigências em horas e horários de trabalho, em capacitação e diversificação das tarefas para os trabalhadores.

As externalidades positivas, o conhecimento e a tecnologia adquiriram relevância na reconfiguração produtiva. O sucesso dos distritos industriais italianos da chamada Terceira Itália serviu de experiência empírica para explicar o sucesso dessa nova configuração espacial da produção. As relações de concorrência e cooperação entre pequenas e médias empresas e suas proximidades espaciais estariam no centro destas explicações, que também se apresentaram nos estudos realizados no estado da Califórnia por Scott, Storper e Walker (MONCAYO, 2001).

Nessas experiências, observou-se que as vantagens produtivas se derivavam da capacidade de especialização e interação no interior das aglomerações produtivas e que estas apresentavam sinergias, não apenas mercantis, mais nos aspectos culturais, sociais e históricos, pela contiguidade espacial das empresas.

Essa nova forma de organização da produção desencadeou mudanças, além da configuração espacial, nas inovações tecnológicas e organizacionais.

Até aqui consideramos algumas relações entre os fenômenos econômicos e o espaço, destacando o tipo de estrutura espacial resultante da corrente econômica identificada. As relações entre economia e espaço também foram explicitadas recorrentemente, na sociologia econômica e na geografia econômica. No caso da primeira, desenvolveu-se uma subdivisão no seu espaço disciplinar para explicitar as discordâncias com a economia ortodoxa e questionar os seus silêncios perante temas essenciais das ciências sociais. No caso da geografia econômica, as concepções neoclássica, keynesiana e flexível foram objeto de longos debates, não apenas pelas visões de espaço neles contidas mas pelos pressupostos filosóficos e visões do papel social da própria atividade econômica neles contidos. Alguns pontos desses debates serão expostos a seguir nas contribuições da sociologia e geografia econômica.

AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Na sociologia, o mundo economicus tem sido trabalhado por grandes autores como Weber, Simmel e Durkheim. No entanto, depois da segunda Guerra Mundial, esta tradição foi mantida apenas por poucos autores como Talcott Parsons (BECKERT; SWEDBERG, 2001).

Na década de 1980, um grupo de sociólogos iniciou um movimento para definir a sociologia econômica como uma ramificação específica do âmbito disciplinar da sociologia. Alguns desses intelectuais foram M. Granovetter, P. Di Maggio, P. Hirsch, M. Lazerson, C. Smiths, dentre outros. (SWEDBERG, 1999). Com o propósito de fazer uma abordagem da vida econômica da sociedade do ponto de vista teórico e metodológico da sociologia, esses autores fizeram uma revisão dos clássicos para fundar formalmente o que chamaram de Nova Sociologia Econômica.

Nesse contexto, a publicação do artigo de Marc Granovetter, “Economic action and the social structure: the problem of embeddedness” em 1985, marca o ponto de partida dessa nova visão e tendência. Na nova sociologia econômica se reconhece a centralidade do econômico na vida social e se explicitam os vazios e silêncios das ciências econômicas, em particular das correntes neoclássica, keynesiana e flexível, quanto aos postulados sobre suas relações com o mundo social e ao comportamento econômico dos indivíduos. De igual modo, quanto às posturas em temas muito caros às ciências sociais, como a relação entre ação social e estrutura, o papel das instituições e das redes no comportamento dos mercados, a importância da cultura na formação dos sujeitos econômicos, etc.

Como autor pioneiro e paradigmático, ainda que não exclusivo da nova sociologia econômica, Granovetter avançou, no artigo citado, na conceituação do termo embeddedness - enraizamento -



que Karl Polanyi havia introduzido para destacar a condição orgânica da economia na sociedade, nos tempos pré-capitalistas. Granovetter aprofunda essa visão nas sociedades capitalistas afirmando que as ações econômicas são verdadeiramente ações sociais (SWEDBERG, 1999). Para ele, “o comportamento econômico está enraizado em redes de relações interpessoais” (GRANOVETTER, 1985: 504). O conceito central de enraizamento é utilizado para compreender as ações dos agentes ou sujeitos econômicos em relação a contextos sociais específicos.

A contextualização implícita no conceito desenvolvido por Granovetter fez avançar as formulações sobre os fenômenos econômicos realizados nas ciências sociais, em particular porque lhes conferiu um senso de historicidade e espacialidade, colocando-os no âmbito das relações sociais. Dessa maneira, rompe com um dos pressupostos mais recorrentes nas visões neoclássica, keynesiana e flexível, o de considerar os fenômenos econômicos como um campo de ações e transações independente e externo a qualquer outra dimensão da vida social. Esse pressuposto veicula a visão de que o econômico habita e transita por um terreno autônomo, com suas próprias leis e mecanismos, sem se relacionar explicitamente com outros âmbitos da vida social.

A partir dessas contribuições, a construção social da economia é introduzida em outras correntes da economia tais como a nova economia institucional, que entende a dimensão econômica inserida em relações sociais mais amplas e com especificidades contextuais, tanto geográficas quanto históricas, onde se desenvolvem as instituições. As instituições desenvolvidas criam-se a partir de redes de inter-relações que com o tempo se fazem mais complexas, como no caso do mercado, e o comportamento econômico está enraizado em redes interpessoais, das quais não pode ser dissociado. O que acontece no âmbito econômico está assim influenciado pelas propriedades que atravessam as redes, propriedades tais como a cooperação, a confiança, a reciprocidade, a concorrência, etc. (GRANOVETTER, 1985). No contexto dessas redes se originam propriedades que, por sua vez, permitem a formação de culturas organizacionais específicas, assim como de entornos de conhecimento, âmbitos tecnológicos, etc.

Granovetter também explora o modelo de ação racional que pauta a visão neoclássica da escolha e que afirma que os atores econômicos decidem isoladamente suas ações, independentemente dos seus vínculos sociais. Para ele, essa descrição é a antítese das ações enraizadas, que, essas sim, caracterizariam o comportamento dos sujeitos econômicos. Ele propõe tratar os atores como estando inseridos em estruturas de interação que são centrais ao desenvolvimento dos fenômenos econômicos. Vistas sob essa perspectiva, as decisões econômicas dependem das racionalidades que circulam nessas estruturas. As redes e suas influências – interpessoais e institucionais - estão sempre presentes e são, portanto, fatores determinantes no desempenho dos atores.

A partir do Granovetter e do desenvolvimento da nova sociologia econômica, consegue-se introduzir a noção de racionalidade econômica no contexto sociológico e o contexto sociológico na economia. O conceito de enraizamento social das relações econômicas realoca o fenômeno econômico, já não nas coordenadas abstratas dos modelos matemáticos neoclássicos, mas nos lugares concretos da vida social. Dessa forma, abre o caminho para a localização dos fenômenos econômicos nos espaços reais da interação social, tema que será retomado pela geografia econômica e do qual falaremos mais adiante.

Na nova sociologia econômica a economia é entendida como o produto de forças coletivas e em permanente construção. Essa visão contrasta com a ortodoxia econômica que concebe um sistema mecânico, produto apenas de preferências e escolhas individuais. As forças referidas são as instituições, as organizações, as normas e as leis, assim como os hábitos, as rotinas de grupo, os valores e os comportamentos sociais. Todas elas dão estabilidade ao contexto econômico real, caracterizado pelas assimetrias da informação e do conhecimento, assim como pela incerteza, e fazem parte do terreno onde se desenvolve a ação individual (AMIN; THRIFT, 2000).

Vista assim, a economia é mais do que uma reunião de firmas ou empresas difusas no espaço ou de mercados movidos por preferências racionais, que se desempenham dentro de um padrão



de normas. Pelo contrário, ela é uma entidade diversificada, estruturada por influências culturais, sociais e institucionais, pautada nas coordenadas espaciais concretas onde se desenvolve e composta de influências coletivas que moldam a ação individual. Destaca-se a importância do tempo e do espaço específicos onde essas influências se desdobram na constituição do mundo economicus.

A nova sociologia econômica foi, dessa forma, o ponto de partida de reflexões e abordagens que promoveram uma ruptura conceitual com a visão neoclássica, nas suas diferentes versões, a respeito da compreensão do mundo econômico. As redes sociais, o enraizamento e a consideração do econômico num marco de referência mais amplo que incorpora os contextos socioespaciais, culturais e institucionais, são hoje pontos nodais na sua compreensão.

ALGUMAS CONTROVÉRSIAS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

As contribuições da nova sociologia econômica, nas quais os trabalhos de Granovetter são seminais, têm sido fundamentais na construção de novas abordagens sobre os fenômenos econômicos. No entanto, elas também suscitam controvérsias. Na maior delas se argumenta que a sociologia econômica constrói uma visão eclética com muitos postulados teóricos de diferentes níveis de abstração, sem uma teoria ou estrutura básica que as inclua a todas e que sirva de eixo norteador das pesquisas empíricas. Essa aparente falha se compara com a coerência intelectual e metodológica da economia.

Autores como Swedberg (1999) afirmam que a sociologia econômica cai num “absolutismo social”, onde tudo é reduzido às relações e redes sociais, que são colocadas como únicos fatores explicativos dos fenômenos. Nessa crítica explicita-se a ideia de que o econômico não pode ser reduzido a termos exclusivamente sociais, uma vez que têm especificidades que são do seu âmbito exclusivo, mesmo quando analisados contextualmente em termos, por exemplo, do seu enraizamento.

Diferentes autores coincidem na opinião de que se deve evitar despojar o fenômeno econômico das suas especificidades no processo de “sociologização”, de modo a não descaracterizá-lo, ainda que se considerem aspectos sociais, culturais e espaciais na sua descrição.

Outro aspecto considerado controverso da sociologia econômica é que não faz a suficiente ênfase nos aspectos geográficos ou espaciais dos fenômenos econômicos. Considera-se que o aspecto espacial entra nas análises apenas como uma adjetivação do social. Nesse sentido, a geografia econômica tem dado uma contribuição importante da qual falaremos a seguir.

AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA ECONÔMICA

Durante a segunda metade do século XX, a geografia econômica presenciou a ascensão e queda de várias tradições teóricas, até consolidar um corpo robusto de trabalho sobre os fenômenos econômicos hoje. Uma das suas contribuições mais importantes é a de entender que todo fenômeno econômico é um processo localizado no tempo e no espaço, que deve ser visto como uma construção em condições socioculturais, político institucionais e ambientais específicas.

No entanto, ela já bebeu também na fonte da economia neoclássica e desenvolveu modelos abstratos e de poder preditivo, pautados nos pressupostos filosóficos do neopositivismo. A Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller (1893-1969), a teoria da localização espacial das atividades agrícolas de Von Thünen, a de localização das atividades industriais de Weber, são alguns exemplos. O ímpeto quantitativista e formal dos modelos e teorias transformaram a geografia econômica, pautada nessa linhagem teórica, em uma atividade centrada no uso de modelos estatísticos e informação secundária com o objetivo de analisar os padrões espaciais das atividades econômicas.

Ao final da década de 1960, o espírito neopositivo dessa vertente foi contestado pela geografia crítica de inspiração marxista, pela sua falta de conexão com a problemática social e a sua excessiva ênfase em aspectos formais e técnicos da pesquisa espacial. A partir dessa contestação, abre-se uma brecha no desenvolvimento da geografia econômica e consolida-se assim uma ruptura explícita com



a postura filosófica e metodológica da chamada Ciência Espacial. A geografia econômica pautada na economia política marxista aprimorou, desde então, uma ampla e expressiva produção da qual falaremos a seguir.

A ABORDAGEM DA ECONOMIA POLÍTICA

A geografia econômica inspirada na economia política marxista se desenvolveu durante os anos de 1970 e 1980, décadas em que se radicalizaram as críticas à economia espacial. Representa uma ruptura com as posturas neopositivistas, que se baseia nas relações entre o modo de produção capitalista e a produção do espaço social. A partir da enunciação dessas relações formulam-se uma série de questionamentos sobre a própria espacialidade construída sob o capitalismo, sobre as divisões de classe, raça e gênero, e suas repercussões na espacialidade urbana, as desigualdades regionais intra-nacionais e internacionais, os fluxos de comércio internacional desiguais, dentre outros.

Dessa forma, a geografia radical abriu caminho na geografia econômica com um fundamento intelectual a partir do qual se desenvolveu um marco teórico e conceitual para analisar, de forma crítica, o espaço no regime capitalista de produção e suas manifestações em diferentes âmbitos sociais. Desse modo, a economia não seria vista nem analisada como o produto de forças, leis e princípios abstratos, calcados em processos mecânicos e sem alicerces de tempo e de espaço, mas como uma atividade produto de e inserida em relações sociais concretas e num modo de produção historicamente identificado.

A ruptura com a visão neoclássica e quantitativista fez com se formulassem noções sobre o espaço substancialmente diferentes das anteriores, que doravante seria entendido como uma construção social e como resultado, sempre incompleto, do modo de produção. Uma nova leva de geógrafos desenvolveu um aparato interpretativo que rejeitava os pressupostos macro e micro da economia por individualizar, tornar abstratas e despojar as análises dos contextos socioespaciais.

Autores como Henri Lefevre, David Harvey, Neil Smith, Edward Soja, Richard Peet, Doreen Massey, Nigel Thrift, George Benko, Alan Lipietz, Michael Storper, A. Gilbert, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, P. George, dentre outros, desenvolveram, a partir de perspectivas não necessariamente iguais, um arcabouço teórico para compreender e analisar o espaço, sua produção e papel, no bojo das relações capitalistas de produção.

Enquanto alguns desses autores concentraram-se no estudo da economia política, desenvolvida por Marx com o intuito de desenvolvê-la ou apontar as suas carências e silêncios a respeito do espaço, (SOJA, 1993; LEFEVRE, 1991), outros procuraram uma teoria que explicasse a espacialidade capitalista na sua característica mais estrutural, o desenvolvimento desigual (HARVEY, 1982; SMITH, 1988) e suas consequências corrosivas nas cidades e regiões. No caso de Lipietz (1988), ele realiza um trabalho que pretende interpretar como se desenvolve e funciona a economia capitalista ao se considerar o espaço em que se insere. Já Lefevre (1991) se interessa também em fazer a crítica ao papel do Estado na organização espacial e na necessidade de compreensão dos outros agentes envolvidos na estruturação da espacialidade capitalista. Outro tema tratado diz respeito das desigualdades espaciais no interior dos Estados, em particular, das desigualdades regionais. Vários autores, dentre eles Gilbert (1988) e Massey (1984) as interpretam como a resposta local ao modo de produção capitalista. Esta última autora também trata da divisão espacial do trabalho sobre a forma de produção capitalista.

No contexto brasileiro, Milton Santos produziu uma ampla obra sobre a espacialidade capitalista, no contexto urbano, e incorporou as preocupações sobre o dinamismo dos fluxos internacionais de comércio e dinheiro e suas repercussões sobre a espacialidade dos estados menos poderosos, antecipando-se assim ao que seria amplamente discutido posteriormente sob a rubrica da globalização (SANTOS, 1978). De igual modo, R. L. Correa (1986) mostra sua preocupação com a organização espacial surgida dos processos históricos nos modos de produção específicos



e a necessidade de caracterizar essa espacialidade a partir das categorias que recolhem as relações sociais que os produzem.

O desenvolvimento desigual, como colocado, trabalhado por autores como Harvey e Smith (1982; 1986), constitui um fio condutor para compreender a produção do espaço capitalista e explicita a contradição básica entre o capital e o trabalho. Daí que seja fundamental na geografia econômica marxista. Explica a forma como se dão no capitalismo duas tendências simultâneas e contraditórias: a alta mobilidade do capital e a sua tendência a se fixar em determinados lugares para completar o processo de acumulação. Segundo Harvey e Smith, o capital tem uma necessidade de se fixar num lugar determinado por um período de tempo de forma que possa criar um entorno de fábricas, empresas, infraestrutura de transporte, redes de comunicação, etc., para permitir a produção de bens e serviços, e assim a sua própria reprodução. Essa tendência se opõe à sua necessidade de permanecer em movimento, de modo que as empresas possam responder às condições econômicas cambiantes e consigam encontrar os lugares que oferecem a maior possibilidade de lucro – pelas condições de trabalho, espaciais, regulamentação ambiental etc.- menos restritivas. Isso pode significar ter de “migrar” dos centros de produção já conquistados para outros por colonizar. O capital nunca é completamente móbil, porém precisa criar raízes em lugares particulares para poder se reproduzir. Essa mobilidade relativa lhe dá vantagens sobre o trabalho, muito mais limitado e restrito espacialmente.

O capital supera a fricção do espaço ou da distância através da produção do espaço, criando ambientes construídos que facilitam a produção e o consumo. Porém, na medida em que as condições econômicas mudam, esses ambientes construídos de infraestrutura de produção, distribuição e consumo podem converter-se em barreiras para a expansão futura do capital, ficando obsoletas e redundantes frente a novas condições e espacialidades existentes em outras coordenadas. Nessas circunstâncias, o capital abandona esses centros de produção e migra para outros lugares para se fixar mediante investimentos num novo entorno produtivo.

Importante nessa abordagem é a ênfase, pautada na leitura crítica da obra de H. Lefevre, na produção do espaço, e não na organização do espaço, expressão mais tecnocrática e usada amplamente no planejamento urbano e regional, e que não incorpora a determinação do modo de produção na espacialidade gerada.

Os temas e perspectivas tratados na abordagem da economia política marxista demonstram a sua fertilidade. Outras contribuições têm surgido, que partem de pressupostos diferentes sobre as relações espaço-economia e refletem tendências gerais das ciências sociais, dentre elas o chamado “giro cultural”, que trataremos em seguida.

A ABORDAGEM CULTURAL

O pós-estruturalismo, na década de 1990, introduziu elementos novos na análise dos fenômenos econômicos que não haviam sido considerados nas abordagens anteriores. Em particular, salientou as relações entre a economia e a cultura. Mesmo admitindo que essa relação continua sendo objeto de grande polêmica, pode-se afirmar que já teve avanços conceituais importantes (HUDSON, 2004).

As relações entre a esfera cultural e a econômica nascem da possibilidade de formular de diversas formas o âmbito econômico em diferentes tipos de sociedade. Qual a melhor forma de descrever a economia no sistema capitalista? Como se criam os vínculos entre os parâmetros fundamentais da vida social - o tempo e o espaço - e a vida econômica? Quais as relações entre o processo de espacialização da produção, da distribuição e do consumo e a esfera de cultura?. Essas são algumas das indagações que surgem a partir dessa abordagem. No seu âmago, a vida econômica se redefine, não apenas como a articulação dos processos e práticas de produção, distribuição e consumo, mas como uma construção tanto material como simbólica, mediante a qual se cria riqueza, prosperidade e bem-estar. A criação de riqueza implica na produção, circulação, apropriação e distribuição de



valor. Nesse processo se explicita o vínculo com a esfera cultural, já que se entende que o valor é sempre construído e definido culturalmente. Portanto, a economia está sempre carregada de conteúdo cultural e construída em lugares e tempos específicos onde se vinculam valores, bens e pessoas (HUDSON, 2004).

A partir desses pressupostos, considera-se que o fenômeno econômico é específico tanto do lugar geográfico onde se materializa como do tempo em que se manifesta e ambos parâmetros incidem na forma como ele se concretiza na ação social. Assim, a geografia econômica reconhece a matriz cultural da economia e a forma singular como se desenvolve e desdobra nos lugares concretos do acontecer social (YEUNG, 2003).

Outro aspecto importante que a abordagem cultural considera diz respeito à forma como se entende o sujeito econômico. Na visão neoclássica, o motor que estimula o sujeito econômico é o seu interesse racional de maximização de ganhos. Na abordagem cultural, esse sujeito admite outras motivações que não apenas a maximização dos seus benefícios e, portanto, seu comportamento nem sempre está pautado pela lógica do *homo economicus*. Isto permite a construção de um sujeito mais complexo e menos unidimensional motivado por múltiplas causas e cuja ação depende, não apenas do seu nível de conhecimento e informação, mas do vasto universo cultural no qual está imerso (YEUNG, 2003).

Esse enfoque não pretende apelar a um determinismo cultural, mas incorpora a cultura na explicação do comportamento dos sujeitos econômicos. Parte-se da ideia de que a ação humana é intencional e provida de sentido e de que o conhecimento é um requisito necessário para a ação. Incorpora a visão de que a posição que se ocupa no contexto socioespacial e, portanto, categorias como a classe, o gênero, a etnia, o lugar de nascimento, o lugar que se ocupa em hierarquias sociais, é fundamental para entender a ação do sujeito econômico. De igual forma, aceita o imprevisível e o contingente como elementos possíveis na construção dessa ação, na medida em que as ações intencionadas podem ter consequências não calculadas nem esperadas (YEUNG, 2003).

Incorpora-se, portanto, uma visão da economia como o produto de ações de sujeitos com interesses diferentes, em contextos de tempo e espaço concretos, que apresentam mecanismos regulatórios e de governança diretamente relacionados com a cultura. A economia, dessa maneira, é construída em termos materiais e de significações e praticada e reproduzida a partir de uma série de elementos culturais espacialmente situados. Reciprocamente, o mercado, que é uma categoria abstrata na economia, é visto como um domínio culturalmente definido e geograficamente localizado, que depende das categorizações sociais dos bens e serviços que nele se oferecem. O valor material dos bens e serviços depende, não apenas do cálculo feito a partir da sua materialidade objetiva, mas dos códigos culturais que valorizam seu uso e posse. Em concordância, o valor material está co-determinado pelo valor simbólico, por sua vez permeado de conteúdos culturais, com sua especificidade histórica e espacial. A abordagem cultural incorpora a cultura, não apenas como um resultado vicário da realidade econômica, senão como uma das suas forças estruturantes, cujos parâmetros temporais e espaciais são obrigatórios na compreensão da totalidade do fenômeno econômico.

A geografia econômica trabalha com redes sociais e com o conceito de enraizamento, dando a ambos concretude territorial e coordenadas geográficas específicas. É, portanto, plausível afirmar que vem desenvolvendo um trabalho empírico muito rico e que tem avançado conceitual e metodologicamente na compreensão do âmbito econômico da vida social.

Constrói-se assim uma visão que admite o enraizamento do econômico na vida social, entendida em toda sua magnitude espaço-temporal. A geografia econômica, dessa forma, lida com o espaço da produção na sua perspectiva espacial, a localização e distribuição das atividades econômicas, as interações territoriais entre lugares e atividades e os processos de mudança econômica. Reinterpreta também a diversidade dos atores econômicos e as múltiplas possibilidades de manifestação dos diferentes contextos geográficos na construção dos mercados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens apresentadas permitem observar as mudanças e rupturas ocorridas nas relações entre o espaço e o fenômeno econômico, segundo diferentes visões disciplinares.

A economia neoclássica trabalha com um espaço isotrópico, variável independente em modelos matemáticos que analisam as atividades produtivas e sua localização. As abordagens da sociologia e da geografia econômica aportam elementos importantes tais como o modo de produção; o papel da cultura e de diferentes níveis de informação nas decisões econômicas individuais e coletivas; a importância do papel que ocupa em categorias válidas da vida social como classe, gênero, etc. na ação do sujeito econômico. Essas contribuições enriquecem e complexificam o espaço econômico, dando-lhe densidade e profundidade histórica e geográfica e colocando em primeiro plano o potencial criativo dos diferentes cenários geográficos para o seu entendimento e análise.

Cada abordagem representa um momento histórico e uma visão paradigmática específica, que pode ser submetida a escrutínio e crítica, o que não era o nosso objetivo. Quisemos mostrar, a partir das rupturas e continuidades descritas, algumas visões desenvolvidas pela economia, sociologia e geografia econômica. As duas últimas percorrem caminhos analíticos cada vez mais situados nas condições reais de tempo e de espaço, e se distanciam do mainstream da economia, tendente a formulações teóricas a-espaciais. Essas escolhas teóricas e metodológicas impõem um olhar cada vez mais atento às interações entre sociedade, economia e espaço.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é produto da pesquisa “Elaboração do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável – PDTIS”, desenvolvida junto ao Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/UnB e apoiada pela Fundação Banco do Brasil - FBB.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AMIN, A.; THRIFT, N. What kind of economic theory for what kind of economic geography. **Antipode**, v. 32, nº 1, 2000. p. 4-9.
- BECKERT, J.; SWEDBERG, R. The return of economic sociology in Europe. **European Journal of Social Theory**, v. 4, nº 4, 2001. p. 379-386.
- DICKEN, P.; ANDERS, M. Firms in Territories: A Relational Perspective. **Economic Geography**, v. 77, nº 4, pp 345-366, 2001.
- DINIZ C.C.; CROCCO, M.A. (orgs). **Economia regional e urbana** : contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, (População & Economia), 2006.
- GILBERT, A. The new regional geography in English and French-speaking countries. **Progress in Human Geography**, London, v. 12, n. 2, jun. 1988. p. 208-228.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, 91, 1985. p. 481-510.
- HARVEY, D. **The limits to Capital**. Oxford: Blackwell, 1982.
- HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HELMSING, A. H. J. Teorías de desarrollo industrial regional y políticas de segunda y tercera generación. **EURE**, v. 25, nº 75, 1999. pp 5-39.
- HESS, M. Spatial relationships? Towards a reconceptualization of embeddedness. **Progress in Human Geography**, 28, 2004. p. 165-186,
- HUDSON, R. Conceptualizing Economies and their Geographies: Spaces, Flows and Circuits. **Progress in Human Geography**, v. 28, nº 4, 2004. p. 447-471.



- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- LEFEVRE, H. **The Production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- LIPIETZ, A. **O Capital e o seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- MASSEY, D. **Spatial Division of labour: Social structures and the Geography of Production**. London: Macmillan, 1984.
- MONCAYO, E. **Evolución de los paradigmas y modelos interpretativos del desarrollo regional**. en: Universidad Nacional de Colombia, Espacio y territorios, Bogotá: Vicerrectoría General, 2001.
- SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1993.
- SWEDBERG, R. New Economic Sociology: What has been accomplished, what is ahead? **Acta Sociologica**, v. 40, 1999. p. 161- 182.
- YEUNG, H W. Practicing New Economic Geographies: A methodological Examination. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 93, n. 2, 2003. p. 442-462.

Trabalho enviado em maio de 2012
Trabalho aceito em junho de 2012